

# Conversas & Controvérsias



e-ISSN: 2178-5694

Revista de Graduação e Pós-Graduação em Ciências Sociais  
Escola de Humanidades  
Departamento de Ciências Sociais e  
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

## De encontro à nova razão neoliberal: primavera árabe, occupy e as jornadas de junho de 2013 no Brasil

*Against the new neoliberal reason: Arab Spring, Occupy and the "Jornadas de Junho" of 2013 in Brazil*

Augusto Jobim do Amaral<sup>1</sup>  
Cássia Zimmermann Fiedler<sup>2</sup>  
Roberta da Silva Medina<sup>3</sup>

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo levantar elementos para uma análise dos chamados "novos movimentos sociais", cujas principais características são a ocupação do espaço urbano, a conexão feita através de redes e a organização feita de forma horizontal e autônoma. Para tanto, entrelaça-se as características de resistência a lógica neoliberal em três movimentos sociais – cada um alocado em uma das três partes que o trabalho é composto: *Occupy*, Primavera Árabe e as Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Com isso, ao travar uma relação entre as questões sociais, econômicas e políticas que tocam tais movimentos, parece se entrever, como resultado da pesquisa, formas de luta radicalmente diferentes daquelas que se conhecia até pouco tempo.

**Palavras-chave:** jornadas de junho; occupy; primavera árabe; manifestações sociais.

### Abstract

The purpose of this article is to present elements for an analysis of the so - called "new social movements", whose main characteristics are the occupation of the urban space, the connection made through networks and the organization made horizontally and autonomously. To do so, the characteristics of resistance to neoliberal logic are interwoven in three social movements - each one allocated in one of the three parts that the work is composed: *Occupy*, Arab Spring and the June 2013 Days in Brazil. By combining the social, economic, and political issues that affect such movements, it seems to be possible to see, as a result of the research, forms of struggle that are radically different from those that were known until recently.

**Keywords:** june days; arab spring; social movements.

<sup>1</sup>Doutorado em Ciências Criminais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Brasil (2014). Professor adjunto do Programa de Pós-graduação em Ciências Criminais e do Programa de Pós-graduação em Filosofia da PUCRS. ORCID : <https://orcid.org/0000-0003-0874-0583>. Email: [guto\\_jobim@hotmail.com](mailto:guto_jobim@hotmail.com)

<sup>2</sup>Graduanda em Filosofia e Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista de Iniciação Científica pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ/PIBIC). ORCID : <http://orcid.org/0000-0003-1065-5556>. Email: [cassiazfiedler@gmail.com](mailto:cassiazfiedler@gmail.com)

<sup>3</sup>Graduanda em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista de Iniciação Científica pelo programa Bolsa de pesquisa – Aluno PUCRS (BPA/PUCRS). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8816-8910>. Email: [robertamedina1995@gmail.com](mailto:robertamedina1995@gmail.com)



## Introdução

O ano de 2011 foi farto de manifestações pelas mais diversas partes do globo, como no Norte da África, Egito, Líbia, Espanha, Inglaterra, Estados Unidos da América etc. Pode-se dizer, com alguma margem de acerto, que um dos principais motivos por detrás dessa combinação de acontecimentos foi a crise financeira que atingiu o cerne do capitalismo global. Lembremos o marco temporal de meados de 2008 com o profundo o colapso do sistema financeiro que teve como epicentro os EUA.

No ano de 2001, as baixas taxas de juros estimularam o mercado imobiliário dos EUA, o que aqueceu a competição entre agentes financeiros que trabalhavam no mercado de hipotecas. Logo, tal quadro gerou uma expansão das concessões de empréstimos imobiliários arriscados. Dentro da dinâmica do mercado existia a utilização, com frequência, de práticas fraudulentas, permitindo empréstimos para pessoas que não poderiam arcar posteriormente com as dívidas (MICHELETTI, 2008, p. 19-20). No final de 2006, o mercado imobiliário desacelerou devido a uma diminuição do preço das residências, levando a um aumento na inadimplência. Aqueles que estavam em situação de “risco” tinham a alternativa de adquirir contratos mais flexíveis, com a possibilidade de refinanciamento a taxas de juros menores. Porém, como o mercado rastejava, as condições de refinanciamento se tornam mais difíceis, levando a uma maior queda do preço dos imóveis, levando as pessoas, muitas vezes, a declarar a falência e devolver os imóveis aos bancos (MICHELETTI, 2008, p. 25).

O estopim da crise acontece em agosto de 2007, quando o banco francês BNP Paribas bloqueia saques no fundo de investimentos que se interligava às *subprimes*. O cenário anunciava os problemas das instituições financeiras com empréstimos de alto risco. (MICHELETTI, 2008, p. 26). Assim, foram realizadas políticas monetárias, em uma tentativa frustrada de não deixar os bancos e instituições financeiras sucumbirem, deixando, assim, compradores à deriva.

Centenas de milhares de pessoas perderam suas casas e milhões perderam grande parte do valor pelo qual haviam trocado suas vidas. Então o sistema financeiro chegou à beira do colapso em consequência da ganância de seus administradores que foram socorridos com o dinheiro os contribuintes. [...] as empresas financeiras sobreviventes cortaram os empréstimos, fechando milhares de firmas, eliminando milhões de empregos e reduzindo profundamente os salários (CASTELLS, 2017, p.129).

Enfim, a crise das *subprimes* poderia ser descrita como: “uma transição entre uma crise da dívida privada e uma crise da dívida pública, sob o efeito de mercados especulativos não controlados” (DARTOT; LAVAL, 2016, p. 27). Esses fatos ameaçaram não só a economia americana, mas a economia global, que em grande medida depende dos Estados Unidos. Como resultado, bancos faliram e houve a derrocada de instituições financeiras e até mesmo da economia de países inteiros, como a Grécia (SADER, 2012, p. 84). Vale ressaltar: a crise afeta também o contexto árabe, assim, influenciando manifestações que surgem no cenário do

Oriente Médio e do Norte da África, conjuntura que acabou sendo denominada como “Primavera Árabe”.

Porém, não se tratava de uma simples crise econômica, e sim, do aparecimento de sintomas que evidenciavam algo muito mais profundo. Ficou explícito que o problema estava no modo de governo neoliberal, que controla a economia e a sociedade, na direção da generalização do mercado e da concorrência. Assim, a crise é resultado, em medida geral, da aplicação de políticas que estimulam essa concorrência.

Apesar dos “ocupas” nascerem nas mais diversas partes do mundo, cada um com suas especificidades e expressando as necessidades de cada contexto, ficou claro que a maioria das demandas expostas demonstrava uma aversão ao capitalismo financeiro e sua influência exercida sobre governos (CASTELLS, 2017, p. 166). Nesta conjuntura, é perceptível a variedade de pessoas participando do rompante, sujeitos das mais diferentes concepções de vida (CASTELLS, 2017, p. 138-139) reunidos para expressar seu descontentamento com as estruturas que produzem desigualdade social e miséria. “São todos (os movimentos sociais descritos anteriormente) reações contra as múltiplas facetas da globalização capitalista” (ŽIZEK, 2013, p. 104).

Em geral, ocupavam lugares como avenidas, praças, prédios públicos, gerando um incômodo à ordem estabelecida<sup>4</sup>. Foi marcante, também, o uso perspicaz das redes sociais no desenvolvimento extraordinário dos movimentos. Di Felice define esse tipo de movimentação como “movimentos net-ativistas” (DI FELICE, 2013, p. 49-71).

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo traçar um panorama geral das manifestações sociais que surgem no cenário mundial antes das jornadas de junho no Brasil. Há, portanto, uma tentativa de compreender em que medida o cenário mundial influenciou as manifestações brasileiras de 2013. Portanto, a provocação que move o artigo é interrogar sobre algumas das possíveis zonas de contágio, as conexões ou semelhanças da escala global com o contexto nacional, ou ainda suas particularidades e desdobramentos próprios.

## Occupy e a crítica ao neoliberalismo

Partindo da perspectiva de que “o regime que nos governa pode não ser uma ditadura nem um sistema totalitário, mas ainda não é uma democracia. E nenhum de nós quer viver nesse limbo, no purgatório entre um regime de absoluto autoritarismo e uma democracia esperada”, pode-se tomar os atuais regimes políticos, em especial na Europa e nos Estados Unidos, como “pseudo-democráticos” (SAFATLE, 2012, p. 47). Nestas pseudo-democracias, o pano de fundo das manifestações era o rechaço com relação ao capitalismo. Criticaram-se

---

<sup>4</sup> “O movimento Occupy construiu uma nova forma de espaço, uma mistura de espaço de lugares, num determinado território, e espaço de fluxos, na internet. Um não conseguia funcionar sem o outro; esse espaço híbrido é que caracterizava o movimento. [...] Os espaços ocupados também criaram *uma nova forma de tempo*, que algumas pessoas nos acampamentos caracterizavam como uma sensação de “eternidade”. A rotina de suas vidas diárias foi interrompida; abriu-se um parêntese com um horizonte temporal indefinido” (CASTELLS, 2017, p. 140).

fortemente a concentração do capital, a precariedade das condições de trabalho, bem como as instituições financeiras como um todo. Dessa forma, não é por acaso que um dos locais que mais ganhou notoriedade midiática foi, nos Estados Unidos, *Wall Street*. O *Occupy Wall Street* (OWS) formou-se no coração do capitalismo: o distrito financeiro de Nova York. Inicialmente o movimento começou tímido, depois ganhou força e suas reivindicações ultrapassaram bloqueios, estendendo-se para várias cidades norte-americanas (NATUSCH, 2011). “[...] é segura a estimativa de que o número de manifestações nos Estados Unidos era superior a seiscentos” (CASTELLS, 2017, p.135).

As mobilizações trouxeram para o centro da discussão a ideia do 1% dominante e a resistência por parte dos 99% dominados<sup>5</sup>. A aflição massiva com relação ao capitalismo cristalizou-se em núcleo mais denso, onde se percebeu algo de excepcional importância para a articulação do movimento: o sistema controla até a parte mais ínfima da vida. Conforme as palavras de um dos idealizadores do OWS, Kalle Lasn em entrevista:

« Muitos jovens nos EUA sentem que todos os aspectos de suas vidas, como o tipo de sapato que compram, a música que escutam, ou a comida que comem, são de alguma forma controladas por poucas e poderosas megacorporações. Foi assim que começamos: precisamos de uma mudança de regime suave na América e como podemos realizá-la” (ALBERTO JR, 2012).

Críticas aos movimentos não faltaram, em especial o pueril ataque de que lhe faltava uma definição clara sobre o que eles realmente queriam. Para pensadores como Vladimir Safatle essa crítica é exorbitantemente inconsistente: “Vejam bem, as pautas são extremamente precisas e conscientes, de uma clareza e visão cirúrgica.” (SAFATLE, 2012, p. 54). Demonstra o professor que, por exemplo, no Chile, mais de 400 mil pessoas foram às ruas pedir por educação pública gratuita e de qualidade, e que, no âmago da questão, isso seria uma proposta de redistribuição de renda radical.

Outros pensadores concordam que há uma falta de definição a respeito dos objetivos do movimento. Slavoj Žižek, por exemplo, refere (2012, p. 15) que há uma necessidade não apenas do apontamento daquilo que não queremos, mas dispor, de fato, aquilo que queremos, respondendo diretamente a respeito de qual sistema definitivamente poderia substituir o capitalismo atual. Žižek parece convencido de que é necessária uma tomada de decisão definitiva. Porém, vale ressaltar que questionar o sistema, e radicalmente rejeitá-lo, já é por si só um acontecimento subversivo de enorme importância. Independentemente das decisões que serão tomadas, ou as soluções que serão encontradas, é necessária a valoração da *indeterminação* que pauta a revolta coletiva, pois tal indeterminação, pelo menos momentaneamente, estilhaça as algemas cômodas, calculistas e domesticadas que aprisionam

---

<sup>5</sup> “O tema dos 99% foi popularizado, em grande parte, pela página do Tumblr “Nós somos os 99%”, postada inicialmente em meados de agosto, antecipando os protestos de 17 de setembro, por Chris (que preferiu não informar seu sobrenome) e Priscilla Grim, profissionais de mídia trabalhando em Nova York e envolvidos na militância social” (CASTELLS, 2017, p. 143).

a sociedade, trazendo a possibilidade de uma experiência inesperada e profunda (AMARAL, 2014, p. 176).

Grande parte da relevância dos “ocupas” reside no fato de pôr em pauta a prioritária discussão sobre as condições que possibilitam o *status quo* da ordem neoliberal. Nesse sentido, poderíamos apontar que o sistema se articula de uma forma tão ardilosa que é capaz de incitar de maneira insidiosa sua face destrutiva, dificultando a criação de resistência crítica com relação àquilo que pauta nossas vidas. Tal fato fica evidente na medida em que, apesar das trágicas consequências da implementação de políticas neoliberais, contata-se que estas políticas estão cada vez mais ativas, chegando ao ponto, inclusive, de quebrar economicamente os Estados (DARTOT; LAVAL, 2016, p. 15).

Levar a sério o neoliberalismo – através da governamentalidade<sup>6</sup> que o circunda – é termos como gestor de formas de vida. Assim, seu funcionamento está vinculado a uma “fábrica de sujeitos neoliberais” (DARTOT; LAVAL, 2016, p. 321). É como se o sujeito internalizasse o neoliberalismo, vivendo em um universo de competição generalizada. Ou seja, não se trata apenas da “ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (DARTOT; LAVAL, 2016, p. 17). Dentro do capitalismo contemporâneo, que tem o neoliberalismo como sua razão, portanto, uma das partes mais difíceis é pô-lo em questão.

“Ainda não acabamos com o neoliberalismo”: é com essa frase que Dardot e Laval tentam afastar a ilusão da vitória sobre o sistema neoliberal desde meados de 2009. Segundo os autores, muitos “[...] pensavam na Europa e nos Estados Unidos que a crise financeira soara as badaladas finais do neoliberalismo e que seria a vez do retorno do Estado e da regulação dos mercados”. Porém, na conjuntura atual, quase uma década depois, constata-se que longe de afastar a lógica neoliberal, “a crise conduziu a seu *fortalecimento*, na forma de planos de austeridade adotados por Estados cada vez mais ativos na promoção lógica da concorrência dos mercados financeiros” (DARTOT; LAVAL, 2016, p. 13).

Passado o “choque” que é a estratégia política de sua implementação (KLEIN, 2008), os mais vulnerabilizados passam a pagar pela crise “por meio de planos de austeridade e de padrões de vida cada vez mais baixos” (BRAGA, 2017, p. 23), medidas estas, centradas no ataque às frágeis conquistas de um *welfare state*. Nada mais lógico, neste cenário, que o enfraquecimento dos sindicatos e dos partidos trabalhistas (cf. RAMOS et al., 2017).

---

<sup>6</sup> De enorme discussão, o termo, para Foucault, remete ao “conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008, pp. 143-144).

Os sindicatos e a legislação trabalhista foram os primeiros alvos dos governos que adotaram o neoliberalismo. A dessindicalização na maioria dos países capitalistas desenvolvidos teve causas objetivas, sem dúvida, como a desindustrialização e a deslocação de fábricas em regiões e países com baixos salários, sem tradição de lutas sociais ou submetidos a um regime despótico (DARTOT; LAVAL, 2016, p. 221).

Assim, ao contrário do que se poderia pensar, as crises fazem parte da lógica neoliberal, afinal são excelentes oportunidades de investimentos, “são para ele uma ocasião para limitar-se (...) [e] um meio de prosseguir cada vez com mais vigor sua trajetória de *ilimitação*”. (DARTOT; LAVAL, 2016, p. 8). Necessário a atenção a sua capacidade de fortalecimento, na medida em que surgem novas normas e instituições dentro do contexto de crise, de modo que o neoliberalismo termina por se intensificar.

## A primavera árabe

Por sua vez, a “Primavera Árabe” – termo pelo qual ficaram denominadas as manifestações que eclodiram no Oriente Médio e no Norte da África no final de 2010 – é popularmente conhecida como fenômeno que despontou pela rebelião social contra a opressão causada pelos regimes ditatoriais de seus países, não obstante, tendo facilmente classificado pela grande mídia como uma “luta pela democracia”. No entanto, não se pode generalizar e simplificar as razões que impulsionaram tal movimento, reduzindo-o como uma busca pela instauração de uma “democracia liberal ocidental”, como se este fosse o sistema político ideal e sem lapsos<sup>7</sup>.

Este marco na história do Oriente Médio não pode ser concebido como uma reação a um fato isolado, mas antes como consequência de um longo processo histórico que envolve, principalmente, relações de poder econômico geradas pelo potencial petrolífero da região (VISENTINI, 2012). Há, ainda, um processo de política externa que vem sendo construído desde o final do século XIX, por parte das potências mundiais que fomentaram e mantiveram ditaduras nessas localidades.

Um dos principais fatores externos ao Oriente o qual não se pode desconsiderar na configuração do panorama político da região foi a dita “política do medo” engendrada pós-11S, a qual transformou o mundo árabe em alvo do chamado mundo ocidental, habitado por “intolerantes e fanáticos” que deveriam ser controlados a qualquer custo em nome da “segurança nacional” (PEREIRA, 2014, p. 53). Naturalmente, este fato deixou, por assim dizer,

---

<sup>7</sup> “Embora (quase) todos apoiem com entusiasmo essas explosões democráticas, há uma luta oculta por sua apropriação. Elas são celebradas pelos círculos oficiais e por grande parte da mídia ocidental como se fossem iguais às revoluções de veludo “pró-democracia” no Leste Europeu: um desejo de democracia liberal ocidental, um desejo de ser como o Ocidente. É por isso que surge inquietação quando se vê que existe outra dimensão nos protestos que estão acontecendo por lá, uma dimensão à qual se costuma referir como demanda por justiça social.”. (ZIZEK, 2012, p. 77).

aberta uma importante questão relativa às condições econômicas da região, pois após esta data, ela passou novamente a ser vista como fator desestabilizador da geopolítica mundial, com seus imensos recursos naturais e sua posição estratégica privilegiada. Este cenário mostra que não é possível separar a luta desta população contra as más condições nas quais estavam inseridas da forma como o capitalismo vem se desenvolvendo nesta região.

Com a adoção de políticas neoliberais por alguns ditadores árabes (como, por exemplo, os governos de Muamar al-Kadafi na Líbia e de Hosni Mubarak, no Egito), os regimes procuraram se adaptar aos interesses das grandes potências mundiais. O neoliberalismo permitiu que os ditadores árabes ficassem mais ricos e mais corruptos, na exata medida em que a população ficava mais empobrecida (FERRABOLI, 2012, p. 102).

A falta de abertura política, somada a um modelo de desenvolvimento político e econômico incapaz de gerar oportunidades de emprego (que se agravou com a crise financeira de 2008) começou a ser sentida, principalmente, pelas camadas mais jovens da população – parte da sociedade civil árabe mais importante para o despertar das manifestações. Com o aumento no nível de alfabetização e educação da população do Ocidente nos últimos anos, é natural que se tenha uma população mais informatizada, somadas à maior facilidade de acesso às mídias digitais<sup>8</sup>.

Este caldo mostrou-se propício para despertar o “ideal revolucionário” da população do Oriente após a concretização do episódio-estopim: um manifestante, na Tunísia, ateou fogo no próprio corpo como forma de protesto contra as condições de vida no país (GARDNER, 2011). O sentimento de revolta coletiva empreende de maneira comum as mobilizações. Após a instauração do tal *momentum* na Tunísia, o movimento expandiu-se rapidamente, sendo que os sucessos e retrocessos em cada país motivavam e desencorajavam outras dinâmicas nos demais. Apesar da origem em comum e das reivindicações semelhantes, o contexto e desenrolar da revolução foram diferentes em cada país em questão. No Egito, ocorreu uma das revoluções mais jovens e rápidas do movimento – após dezoito dias de forte desobediência civil por parte dos manifestantes, que resistiram fortemente à repressão do aparato de força estatal<sup>9</sup>, o ditador Hosni Mubarak assinou a renúncia.

Não é descartável o fato de que uma das maiores características das revoluções que compuseram a “Primavera Árabe” foi a ocupação do espaço urbano, o que nos remete ao entendimento de David Harvey (2009) de que a justiça social passa, sobretudo, pelo espaço público, comum e democrático. Nesse sentido, lembremos que duas das grandes referências do movimento foram a *Revolução de Jasmin*, ocorrida na Tunísia, onde as manifestações se

---

<sup>8</sup> “As mídias sociais, por si sós, não produziram a revolução árabe, mas ao oferecer constantemente novos conteúdos e comentários às mídias tradicionais funcionaram como catalisadores das mudanças. Foi a combinação entre as mídias digitais e tradicionais que se mostrou tão letal para esses regimes” (PUDDEPHATT, 2011, p. 20).

<sup>9</sup> É importante contextualizar tal situação. Conforme narrou Manuel Castells: “o dia 28 de janeiro veio a ser conhecido como a sexta-feira da Ira, quando um violento esforço da central de segurança da polícia para reprimir os protestos foi enfrentado com determinação pelos manifestantes, que ganharam o controle de áreas da cidade e ocuparam prédios do governo e delegacias de polícia, sob preço de centenas de vidas e milhares de feridos” (ŽIZEK, 2012 p. 48).

concentraram nas praças públicas do país e a *Revolução de Lótus*, no Egito, cujo maior símbolo foi a ocupação da Praça Tahrir.

Mais significativo ainda neste cenário é atentar para os reais motes de mobilização que forjaram novas redes de resistência na sociedade egípcia capaz de amparar o desejo de ruptura com o *status quo*. Constatou-se que o desenrolar da revolução nada teve a ver com o ideal democrático ovacionado pelo Ocidente – essa ao menos não era a concepção da população em geral. *O que o povo egípcio demandava, em verdade, era por justiça social*. Segundo Leila Bijos e Patrícia Almeida da Silva (2013), o maior problema enfrentado pela população dava-se pela falta de políticas públicas urbanas: o sistema de transporte público era precário e seu preço aumentava gradualmente, alguns bairros da capital sofriam problemas nas redes de saneamento básico, havia problemas nos hospitais públicos das periferias, déficit de moradias, o preço da cesta básica elevado com a diminuição no poder de compra do trabalhador, corrupção no governo, entre outros tantos motivos. Lamentavelmente, o insucesso da revolução se deu durante o regime de transição – o poder foi repassado aos militares, que deram continuidade às políticas do antigo regime com uma nova roupagem. Em síntese, as razões para o surgimento e desenvolvimento deste fenômeno são bastante complexas.

A seu turno, Slavoj Žizek, consagrando a Primavera Árabe como um evento com potencial para despertar no resto do globo sentimentos de identificação e liberdade, pelo seu cunho revolucionário, escreve: “embora o progresso não possa ser provado, podem-se discernir sinais que indicam que ele é possível”<sup>10</sup>. Desta forma, o grande preceito do movimento foi que ele se deu por meio de uma explosão de organizações heterogêneas (de estudantes, mulheres, trabalhadores etc.) nas quais a sociedade civil começou a articular seus interesses, independentemente das instituições tradicionais. Esta vasta rede de novas formas sociais, talvez, tenha sido a principal conquista da Primavera Árabe (ŽIZEK, 2013).

## As manifestações aportam no Brasil: as jornadas de junho de 2013

No Brasil, será em junho de 2013 que eclodirá uma onda de manifestações populares, com a reunião de mais de um milhão de pessoas em mais de oitenta cidades, tornando-se, nesta dimensão, uma das mais importantes ondas de protestos da história do país. Em linhas gerais, pode-se dizer que o movimento tem seu estopim nas cidades de Porto Alegre e São

---

<sup>10</sup> Seguindo essa linha de raciocínio, Žizek compara os pensamentos de Kant sobre a Revolução Francesa à Primavera Árabe: “O levante egípcio também é o sinal em que reverbera a memória do longo passado de opressão autoritária e luta por sua abolição; um evento que agora mostra a possibilidade de uma mudança; uma esperança de futuras realizações. Independentemente de nossos medos, dúvidas e compromissos, naquele momento de entusiasmo cada um de nós estava livre e participava da liberdade universal da humanidade. Todo o ceticismo exibido entre quatro paredes, inclusive por muitos progressistas preocupados, provou-se errado. Não há como não perceber a natureza “miraculosa” dos eventos no Egito: aconteceu algo que poucos previram, contrariando a opinião dos especialistas, como se o levante não fosse apenas resultado de causas sociais, mas também da intervenção de um agente estrangeiro na história, o agente que chamamos platonicamente de ideia eterna de liberdade, justiça e dignidade” (ŽIZEK, 2012, p. 73).



Paulo, pela convocação, respectivamente, do “Bloco de Lutas” e do “Movimento Passe Livre” (MARICATO, 2013). Os manifestantes objetivavam, inicialmente, a diminuição no valor da passagem do transporte público urbano. Com o ganho de força dessa primeira reivindicação, cresce na população um sentimento de confiança para trazer outras insatisfações à tona, ampliando e diversificando o movimento e atribuindo-lhe um caráter heterogêneo.

As razões para a eclosão deste momento único de articulação nacional são diversas. Inicialmente, necessário verificar as manifestações de junho de 2013 como um “estopim”, uma espécie de tentativa de ruptura na crença de um projeto “desenvolvimentista” articulado por um governo de esquerda predominante nos últimos anos no país (BONFIGLI, 2017, p. 40). Os progressos significativos alcançados, capazes de diminuir os abismos da distribuição de renda no país e de obter um razoável crescimento econômico, não foram suficientes para conter as insatisfações gerais da população. A estrita ligação entre o governo e a iniciativa privada, que visa a facilitar a ação do mercado<sup>11</sup>, levou a população a sentir na pele o “esgotamento da democracia neoliberal”, bastante alertado por Dardot e Laval (2016).

O neoliberalismo, como racionalidade dominante, tomou corpo em um aparato discursivo, institucional, político, jurídico e econômico, tornando-se um dispositivo global. Neste sentido, o Junho de 2013 no Brasil não é consequência de uma crise econômica, mas sim a tradução de um mal-estar existente no sistema social global para o contexto brasileiro (BONGLIFI, 2017, p. 93). A crise de representatividade política, associada ao esgotamento da democracia liberal, converteu-se num sensação de *mal-estar generalizado* com as formas de governo e com as formas de viver na cidade (BONGLIFI, 2017, p. 45). O aumento da tarifa de ônibus assumiu, portanto, um caráter simbólico, dentro de uma questão social mais ampla. Diante deste quadro, as jornadas de junho revelaram um grande questionamento: se a economia estava tão bem, por que isso não é sentido no cotidiano dos cidadãos?

Não seria por acaso que a parcela mais significativa da população que tomou as ruas foi representada pelo que André Singer (2013) chamou de “novo precariado”. Segundo ele, as circunstâncias que levaram ao “estopim” das manifestações podem ser compreendidas, em linhas gerais, como uma revolta de trabalhadores, geralmente jovens, que conseguiram emprego durante o Governo Lula (2003-2013), mas que sofrem por más condições de trabalho, baixa remuneração e alta rotatividade. Essa realidade – conjugada às más condições de vida na cidade e às desigualdades no acesso aos serviços públicos –, reflexo de um governo sujeito às condições do mercado, gera um ambiente insuportável de grande exclusão social. No entanto, necessário enfatizar que o movimento, iniciado com um caráter progressista e de forma horizontal, sem lideranças formais ou notórias, posteriormente abrangeu também conservadorismos e reacionarismos sempre presentes na sociedade brasileira (ROLINK, 2013) que, em sua maioria, reproduziram discursos e generalizações de ordem moral, localizados no já recorrente *standart da corrupção* – atribuição seletiva e capturada midiaticamente como

---

<sup>11</sup> Exemplo patente disto no Brasil foram as reformas urbanas, investimentos e políticas de higienização promovidas pelo governo com a finalidade de deixar o país “pronto” para sediar megaeventos mundiais: a Copa do Mundo e as Olimpíadas (VAINER, 2013, pp. 33-40).

inerente somente aos políticos, aos partidos e ao congresso<sup>12</sup>. Esta posição, frisa-se, altamente reducionista, reverbera um comodismo classificatório, além de fazer perseverar diversas formas de fascismo no campo da negação da política (SAFATLE, 2017, pp. 106-120).

Nessa perspectiva, o pretexto essencial para o aumento do número de envolvidos e a adesão às manifestações, que resulta na confluência de diversos segmentos da sociedade brasileira em um protesto comum, foi a repressão policial enfrentada pelas primeiras passeatas (BONFIGLI, 2017, p. 37). Foi como se as pessoas estivessem, literalmente, fazendo uma “manifestação pelo direito de manifestação” (BONFIGLI, 2017, p. 50). Isso porque, não obstante, a violência policial pelo país afora, recorrente e que subsiste de maneira qualificada desde a ditadura militar (AMARAL, 2014), foi direcionada a alvos incomuns, ou seja, frente a clientes não costumeiros do sistema penal (SINGER, 2013). O aparato policial respondeu com a “devida operacionalidade” aos milhões de pessoas provenientes de diversos grupos sociais: balas de plástico ou de borracha, gás lacrimogêneo ou bombas de efeito moral, spray de pimenta etc..

A polícia, como ente soberano, incrementa sua lógica biopolítica e reforça o direito de *fazer morrer* (FOUCAULT, 2014). Nessa lógica, há um “inimigo a ser vencido”, definido com a perspectiva e arbitrariedade dos que detém o poder (ZAFFARONI, 2007, p. 81). Neste paradigma de *guerra civil*<sup>13</sup>, necessária a neutralização de tais *inimigos* como pressuposto para garantir a paz “em defesa da sociedade”. A configuração do manifestante à da figura do vândalo/delinquente/inimigo – utilizado pelo discurso da “grande mídia”, que objetivou, a partir de certo ponto, emprestar uma imagem negativa aos que iam às ruas (BONFIGLI, 2017, p. 35) – é fundamental para a compreensão da razão pela qual, no seio de uma democracia (ao menos formal), é possível difundir determinadas estratégias de poder, como, por exemplo, a utilização da violência e de prisões arbitrárias.

Além do método comumente empregado, de repressão pura e simples ao movimento, a criminalização das jornadas também se deu de outras formas, principalmente através do posterior enquadramento criminal das condutas dos manifestantes, posta em jogo como mecanismo de criminalização secundária, espaço em que os atores político-criminais ganham força. A falta de representantes e líderes presentes nas manifestações, associada à incapacidade do governo e das forças policiais em lidar com um movimento não hierarquizado, criou uma espécie de violência exponencial difusa pela criminalização de supostas lideranças, com aberturas de inquéritos, domicílios e sedes de organizações sociais invadidos, vindo à

---

<sup>12</sup> “Pelo Facebook, grupos à esquerda tentavam separar o joio do trigo: “MPL, sim. Direitas Já, não”. Na contramão, boa parcela daqueles que pregavam o “fechamento do Congresso” e a rejeição aos políticos corruptos” tentou retirar à força as bandeiras de partidos presentes no ato, até mesmo daqueles sem relação com o governo federal e essenciais para o sucesso inicial das manifestações, como PSTU, PSOL e PCO” (BARROCAL; MARTINS, 2013, p. 5).

<sup>13</sup> Foucault pensa o conceito de guerra como aquilo que assombra o poder, permeando-o, “na forma da vigilância, da ameaça, da posse da força armada, enfim, de todos os instrumentos de coerção que o poder efetivamente estabelecido adora para exercer-se”, de forma que o importante “para uma análise da penalidade é ver que o poder não é o que suprime a guerra civil, mas o que a trava e lhe dá continuidade” (FOUCAULT, 2015, pp. 30-31).

tona, dessa maneira, as práticas usualmente empregadas durante a ditadura militar no Brasil (BONFIGLI, 2017, p. 69).

Assim houve a criação, dentro das práticas biopolíticas de gestão de vidas, a construção da figura do *inimigo*, depositário do pânico social – afeto que acabou sendo gerado pela ação policial estatal e pela importante atuação midiática. A sensação de perigo desumaniza o *outro*, tornando sua vida descartável (*nua*, afinal), e essa lógica permite a inserção da aceitabilidade de técnicas de vigilância e controle, vistas nestes momentos de emergência como necessárias pela sociedade. Em suma, as jornadas de junho puderam colocar em cheque uma discussão de extrema importância: o espaço público como um lugar em disputa (HARVEY, 2012), noutros termos, as discussões sobre as formas como somos governados, que perpassam também a criminalização dos movimentos. Evidencia-se que a memória de tal *evento* ainda está sendo elaborada, pela dificuldade de se dar uma visão definitiva e integral de um processo complexo, heterogêneo e diversificado como o Junho de 2013 no Brasil.

## Conclusão

Em síntese, pode-se arriscar em dizer que existiram, em alguma medida, grandes semelhanças em relação aos três movimentos expostos. O sentimento de indignação (CASTELLS, 2017) proliferado em populações de regiões e contextos tão distintos revela uma das grandes características dos movimentos sociais do século XXI: a discussão acerca dos canais da representatividade política tradicional, isto é, dos partidos políticos, em desacordo ao que se deveria entender por uma democracia substancial (BONFIGLI, 2017). Nesse seguimento, os *novíssimos movimentos sociais* são marcados, para além da distância que mantém das instituições, por formarem um binômio “redes sociais/espaço urbano” como plataforma de construção política (CASTELLS, 2017). Portanto, assim, deve-se frisar o comum processo de rejeição daquilo que estava posto, sem a definição concreta dos objetivos e rumos que as manifestações tomariam.

Por fim, em uma análise mais ampla, constata-se que um tom comum para a emergência dos movimentos descritos anteriormente passa, sem dúvida, pela plataforma dos efeitos diários do neoliberalismo. Ele transformou de forma abrupta o capitalismo e, conseqüentemente, as sociedades. Vê-se como um sistema que se estende sinuosamente e influencia esferas em nível global (mas também individual), propagando uma lógica do capital para todas as relações humanas, dificultando assim ações coletivas, já que todos os indivíduos são submetidos a uma concorrência que percorre integralmente os níveis da existência humana (DARTOT; LAVAL, 2016, p. 9). Assim, se quisermos ultrapassar o neoliberalismo, abrindo alguma alternativa radical, temos que desenvolver a capacidade coletiva que ponha a imaginação política para trabalhar a partir de experimentações e das lutas do presente.

## Referências

AMARAL, Augusto Jobim do. Polícia e democracia. O tempo que resta das jornadas de junho de 2013. **Porto Alegre: Sistema Penal & Violência**, v. 6, n. 2, p. 174-195, jul.-dez. 2014.

ALBERTO JR, Carlos. Entrevista - Criador do Criador do Occupy Wall Street quer novo partido nos EUA e reinvenção da esquerda: Obama não saiu de cima do muro, diz Kalle Lasn, editor da revista *Adbusters*. **Opera Mundi**. 22 de janeiro de 2012. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/entrevistas/19307/criador+do+occupy+wall+street+quer+novo+partido+nos+eua+e+reinvencao+da+esquerda.shtml>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018.

BARROCAL, André. MARTINS, Rodrigo. A massa incontrolável. **Carta Capital**, Edição 754, publicado em 26 de jun. de 2013.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BIJOS, Leila. SILVA, Patrícia Almeida da. Análise da primavera árabe: um estudo de caso sobre a revolução jovem no Egito. **Revista CEJ**, Ano XVII, n. 59, p. 58-71, jan./abr. 2013

BONFIGLI, Fiammetta. **Jornadas de Junho?** Movimentos sociais e direito nas ruas de Porto Alegre. Canoas: Ed. Unilasalle, 2017.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DI FELICE, Massimo. Ser rede: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. São Paulo: **Revista Matrizes**, 2013, Ano 7 – nº 2 jul./dez.2013.

FERABOLLI, Silvia. Entre a revolução e o consenso: os rumos da Primavera Árabe. **Revista Ciências & Letras**. n. 51, p. 102, jan./jun. Porto Alegre, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A sociedade punitiva**: curso no Collège de France (1972-1973). São Paulo: WMF M. Fontes, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GARDNER, Frank. O homem que 'acendeu' a fagulha da Primavera Árabe. **BBC Brasil**. 17 de dezembro de 2011. Disponível em: < [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111217\\_bouazizi\\_primavera\\_arabe\\_bg](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111217_bouazizi_primavera_arabe_bg)>. Acesso em: 17 de dezembro, 2011.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. São Paulo: Lutas sociais, n. 29, p. 73-89, 2012.

HARVEY, David. **Social Justice and the City**. Revised Edition. Georgia: Georgia University Press, 2009.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia et al. (org.) **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

MICHELETTI, Fuzaro Bruna. **A crise das hipotecas subprime nos EUA e os seus desdobramentos**. 2008. 43 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?view=000437693>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2018.

NATUSCH, Igor. Mais de 100 cidades dos EUA já aderiram ao Occupy Together. **Sul 21**. 12 de outubro de 2011. Disponível em: < <https://www.sul21.com.br/noticias/2011/10/mais-de-100-cidades-dos-eua-ja-aderiram-ao-occupy-together/>>. Acesso em: 02 de julho de 2018.

PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. **Bem vindo ao deserto dos direitos humanos**: o 11 de setembro e o choque de fundamentalismos. Direitos Humanos e Terrorismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

PUDDEPHATT, Andrew. **As revoluções árabes e a comunicação digital**. São Paulo: Política Externa, 20, n.1, junho de 2011.

RAMOS, Gustavo Teixeira (et al). **O golpe de 2016 e a reforma trabalhista**: narrativas de resistência. Bauru: Canal 6, 2017.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia et al. (org.) **Cidades Rebeldes**. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

SADER, Emir. Crise capitalista e novo cenário no Oriente Médio. In: HARVEY, David et al. (org.) **Occupy**: Os Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012, 83-86.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SAFATLE, Vladimir. Amar uma ideia. In: HARVEY, David et al. (org.) **Occupy**: Os movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012, 45-55.

SINGER, André V. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos estudos. Dossiê: Mobilizações, Protestos e Revoluções**. nº 97. São Paulo: CEBRAP, 2013.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. (org.) **Cidades Rebeldes** : Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

VISENTINI, Paulo Fagundes. A primavera árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo. **Revista Civitas – Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, a. 2, n. 1, junho, 2002. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

ŽIŽEK, Slavoj. **O ano que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012.

ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no Paraíso. In: MARICATO, Ermínia et al. (org.) **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo, 2013.

Recebido: 05/ 07/ 2018

Aceito: 03/ 08/ 2018

Publicado: 18/ 01/ 2019